

O Brasil desponta como um dos países que mais devem sofrer com a crise de múltiplas dimensões que se alastra pelo mundo. À parte os desserviços e a falta de capacidade de liderar do presidente da República, a linha de ação adotada por Paulo Guedes revela-se tragicamente insuficiente e equivocada, com o ministro e sua equipe ainda apegados ao dogma do fiscalismo e incapazes de enfrentar os desafios colocados pela urgente necessidade de sustentação dos fluxos de renda da economia e assim evitar um colapso social de grandes proporções.



Antes da pandemia Brasil já estava na UTI

Nível de atividade

A crise de grande amplitude que abala o mundo neste início de 2020 alcança o Brasil em situação particularmente frágil. Por um lado, a estrutura produtiva brasileira seguia em trajetória de recuperação muito fraca e bastante aquém do que seria necessário para recuperar as perdas que ocorreram durante os dois anos de recessão. Por outro, as várias reformas de inspiração neoliberal que foram implantadas desde o golpe de 2016 não apenas desarticularam importantes aparatos estatais - que seriam fundamentais para enfrentar esse momento de crise aguda - como sujeitaram boa parte da população à insegurança de um mercado de trabalho pouco regulado, com gran-

de proporção de trabalhadores informais e precários e altamente suscetível aos ciclos econômicos. Além disso, como se não bastasse, no comando do país tem-se um grupo de aventureiros de ultradireita que revela pouca disposição para o que não seja defender os seus próprios interesses ou os interesses dos grupos econômicos que lhes apoiaram. Consequentemente, como aponta um relatório recente da consultoria The Economist Intelligence Unit, o Brasil deve ser uma das economias que mais perderão com a crise, provavelmente terminando o ano com uma contração do PIB bastante acentuada, na ordem de 5,5%, o que representaria uma perda de 7,9 pontos percentuais se comparada com a projeção pré-covid-19 (veja quadro 1).

QUADRO 1 - Previsão de crescimento do PIB das principais economias

País	Previsão de crescimento PIB em 2020		
	Atual	Pré Covid-19	Variação p.p.
Brasil	-5,5	2,4	-7,9
Alemanha	-6,8	0,9	-7,7
Itália	-7,0	0,4	-7,4
Turquia	-3,0	3,8	-6,8
México	-5,4	1,1	-6,5
Inglaterra	-5,0	1,1	-6,1
Arábia Saudita	-5,0	1,0	-6,0
França	-5,0	1,0	-6,0
China	1,0	5,9	-4,9
Argentina	-6,7	-2,0	-4,7
Estados Unidos	-2,8	1,7	-4,5
África do Sul	-3,0	1,4	-4,4
Indonésia	1,0	5,1	-4,1
Coreia do Sul	-1,8	2,2	-4,0
Índia*	2,1	6,0	-3,9
Rússia	-2,0	1,6	-3,6
Canadá	-1,3	1,8	-3,1
Japão	-1,5	0,4	-1,9
Austrália	0,4	2,0	-1,6

* - para o ano fiscal 2020/21

Fonte: The Economist Intelligence Unit

Os dados coletados pelas pesquisas setoriais do IBGE, que chegam ao público com dois meses de defasagem, indicavam que, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2020, já feitos os ajustes sazonais, o volume de vendas no varejo havia caído 0,4% em relação ao trimestre móvel imediatamente anterior, enquanto o setor de serviços tinha registrado estabilidade de 0% e a produção física da indústria oscilado positivamente 0,2%.

No mercado de trabalho o mesmo processo de perda de dinamismo se revelava neste início de ano. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), no trimestre encerrado em fevereiro houve um aumento de 0,4 ponto percentual na taxa de desemprego, totalizando 12,3 milhões de trabalhadores nessa condição.

Ou seja, ao contrário do que vem dizendo o ministro da Economia em suas lives, o nível de atividade neste início de ano mantinha-se em patamar muito baixo, oscilando próximo de zero e na mesma toada que encerrou 2019.

Porém, com o estouro da crise provocada pela pandemia do coronavírus no início de março, o quadro que já era anêmico e preocupava se agra-

vou radicalmente. Desde o primeiro momento, as medidas sanitárias que se impuseram como necessárias diante da pandemia e os riscos que se abatem sobre a vida da população provocaram o que os economistas chamam de “parada súbita”, com inevitáveis efeitos depressores sobre a demanda agregada, colapsando os nexos mercantis que sustentam a atividade econômica, atingindo em especial os setores do comércio e dos serviços.

Dentre os primeiros dados que estão disponíveis, as despesas com cartão de crédito e débito registrados entre o início de março e a primeira semana de abril já permitem perceber que a queda do volume de pagamentos foi muito forte em quase todos os subsetores do varejo e na totalidade das atividades dos serviços privado.

Conforme se pode observar no Quadro 2, no varejo, embora no subsetor de bens de consumo não duráveis tenha sido registrado um crescimento de 2,3%, puxado pelo avanço de 5,2% nas vendas das drogarias e de 17% nas vendas dos supermercados, ocorreram quedas expressivas em todos os outros subsetores, notadamente no de vestuário (-48,5%) e nas lojas de departamento (-38,5%).

Já o faturamento das atividades de serviços sofreu uma forte contração de 49,5% no mesmo período, com o segmento de turismo e transportes registrando a maior baixa (-62%), seguido pelas atividades classificadas como "demais serviços" (-48,2%) e do segmento de bares e restaurantes (-41,7%). Cabe destacar, contudo, que a despeito da forte queda observada neste período de cinco semanas

consideradas pela pesquisa, foi apenas a partir do dia 16 de março que as medidas de isolamento social começaram efetivamente a serem colocadas em prática e que, portanto, esses dados relativos aos impactos da crise sobre o varejo e os serviços ainda estão positivamente afetados pelos resultados das duas primeiras semanas de março.

QUADRO 2 - Faturamento do Varejo e dos Serviços no Pós-Covid-19
(Brasil, 01 de março a 04 de abril)

Varejo Total	-23,8%
Bens Não Duráveis	2,3%
Drogarias/Farmácias	5,2%
Supermercados	17,0%
Postos de Gasolina	-23,1%
Demais N-Duráveis	-24,9%
Bens Duráveis	-38,9%
Vestuários	-48,5%
Móveis/Eletrô/Lojas Dpto	-38,5%
Mat. Construção	-18,8%
Demais Duráveis	-38,4%
Serviços	-49,5%
Turismo/Transportes	-62,0%
Bares e Restaurantes	-41,7%
Serv. Automotivos/Autopeças	26,9%
Demais Serviços	-48,2%

Fonte: Cielo | ICVA - Índice Cielo do Varejo Ampliado

Comércio Exterior

Uma das faces mais preocupantes da crise internacional que se inicia é seu impacto sobre o comércio exterior do país. O resultado acumulado até o mês de março de 2020 (+5,6 bilhões de dólares) já indicava uma queda preocupante em relação ao saldo comercial brasileiro obtido no mesmo período do ano passado (+ nove bilhões de dólares), uma queda de 38%. Entretanto, com a emergência da crise, inevitavelmente aquela tendência de deterioração do comércio exterior do Brasil deverá se agravar sobremaneira a partir dos próximos meses.

Por um lado, é de se esperar uma queda significativa do volume total das exportações brasileiras em decorrência da inevitável contração do comércio mundial e da redução no preço de alguma das principais commodities exportadas pelo país - ape-

nas no mês de março, houve um recuo de 4,3% no IC-Br, índice calculado pelo Banco Central que é composto pelos segmentos das commodities agrícolas, metálicas e energéticas. Estas últimas registraram queda acentuada de 20,7% em março e de 29,05% nos últimos doze meses. Por outro lado, a forte desvalorização do real que vem sendo observada desde o início no ano, acumulando uma queda de 24% em relação ao dólar, deverá compensar em parte os fatores negativos, mas provavelmente de forma insuficiente para reverter a tendência mais ampla de queda do superávit comercial. Não é demais assinalar que a condução ideológica e pouco pragmática do Ministério das Relações Exteriores desde o início do governo Bolsonaro revela crescentes dificuldades para sustentar relações comerciais virtuosas do Brasil com parceiros importantes, notadamente a China e os países do Oriente Médio.

Inflação e política monetária

Como não poderia deixar de ser, a acentuada contração da atividade econômica deve derrubar ainda mais os preços domésticos. De acordo com o mais recente Relatório Focus do Banco Central, a mediana das projeções coletadas junto aos analistas do mercado indica que a inflação calculada pelo IPCA deverá ficar em 2,44% no ano de 2020, forçando nova redução da taxa Selic, estimada em 3,25%. Com isso, se forem mantidas essas perspectivas, a taxa de juros real ex-ante deverá encerrar o ano abaixo de 1%, com possibilidade de se aproximar de 0%, o que significaria algo inédito na gestão econômica brasileira, visto que a política monetária perderia sua eficácia como instrumento de estímulo à atividade econômica.

Por outro lado, dadas a gravidade da crise e a possibilidade concreta de ocorrer um empocamento da liquidez nas instituições bancárias, o Banco Central tem adotado uma série de medidas para garantir a fluidez de liquidez pelo sistema, inclusive considerando a aquisição da carteira de bancos e das instituições financeiras. Trata-se, contudo, de uma inovação na história de atuação do Banco Central brasileiro, a qual, embora necessária, traz consigo riscos de favorecimento e certa assimetria entre as diversas modalidades de socorro, por isso devendo ser acompanhada por absoluta transparência e pela exigência de contrapartidas por parte das instituições beneficiadas.

Contas Públicas e Política Fiscal

Frente aos imensos desafios colocados pela crise do coronavírus, é inexorável e perfeitamente jus-

tificável que a atuação do setor público seja ampliada de forma significativa nos próximos meses, bem como providenciadas injeções de recursos públicos tanto para financiar as ações das políticas públicas – notadamente na área de saúde – quanto para sustentar os fluxos de renda e a demanda agregada. Conforme referido antes, a crise tende a colapsar todos os componentes da demanda agregada que dependem da iniciativa privada (consumo, investimentos e saldo comercial), só restando o gasto governamental, por seu caráter autônomo, como o único instrumento possível a ser acionado para compensar a queda abrupta dos demais.

Diante disso, na grande maioria dos países ao redor do mundo, os pacotes de ajuda com recursos públicos alcançam cifras gigantescas, na casa de 10% a 20% do PIB, e estão sendo financiados por emissão monetária e expansão da dívida pública, sem maiores preocupações com os efeitos futuros dessas operações na relação dívida/PIB. No Brasil, entretanto, o apego ao fiscalismo segue forte e o governo se mantém relutante para liberar recursos aos programas de socorro. Até o momento, à parte o falatório e os recorrentes malabarismos contábeis, o montante de recursos adicionais autorizado pelo Ministério da Economia é de apenas 3% do PIB, volume absolutamente insuficiente seja para garantir renda às famílias e sustentar a viabilidade dos negócios privados, seja para contribuir com o financiamento das políticas públicas que estão a cargo de estados e municípios, os quais terão suas receitas fortemente contraídas pela contração das atividades de serviço e do varejo, ao mesmo tempo em que constituem os agentes públicos por excelência na ponta do sistema incumbidos de atender as urgências econômicas e sociais.